

A Autolesão Não Suicida: uma revisão de literatura e a defesa da descolonização do termo

Laura Lorenzetti

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3706-3067>

Júlia Silbiger

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9392-3837>

Raquel Souza Lobo Guzzo

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-7029-2913>

Introdução

O presente artigo objetiva discutir a importância da nomenclatura para o fenômeno da Autolesão Não Suicida (ALNS) na literatura científica brasileira, compreendendo que existe, ainda, uma não padronização para os termos usados nas produções, o que dificulta o entendimento do fenômeno e, muitas vezes, reflete raízes patologizantes para conceituá-lo. Para isso foi feita uma revisão sistemática integrativa em seis bases de dados, buscando compreender quais as diferentes nomenclaturas usadas e quais as tendências dentro de diferentes áreas de pesquisa. Esse trabalho também se propõe a discutir alguns aspectos históricos que remetem ao uso de determinados termos para conceituar o fenômeno na busca da descolonização da produção de conhecimento brasileiro acerca do tema. Propomos um olhar desideologizador que corresponda às questões historicamente e culturalmente postas ao nosso território, fundado a partir de uma lógica colonizadora europeia. Tal discussão possibilita uma forma crítica de conhecer e lidar com o fenômeno, a qual carrega uma escolha pela compreensão integral do sujeito, humanizando as relações da prática profissional em psicologia.

A lógica colonizadora desvelou-se em um processo histórico pautado em relações hierárquicas de poder e dominação, as quais refletiram não apenas em questões territoriais, mas também na produção de conhecimento. Tal lógica foi (e ainda é) justificada a partir da concepção de que os ditos “conquistadores” possuíam diferenças biológicas que lhe conferiam superioridade para impor e ditar dimensões culturais, econômicas, sociais e territoriais, desconsiderando o que já era próprio desses territórios (QUIJANO, 2000).

Quijano (2000) destaca os ecos impostos por séculos de colonização europeia na história de diferentes países que se constituíram a partir dessa realidade. Segundo o autor, a colonialidade ainda se faz presente, apesar do fim da era colonialista e dos movimentos de exploração e dominação de territórios. O termo colonialidade diz respeito à ideia de que, embora o colonialismo tenha sido extinto, a lógica imposta por ele ainda perdura nos saberes e na vida cotidiana dos povos, sendo um tema constituinte da modernidade, o qual se propaga por via da globalização (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA JR., 2023; MALDONADO-TORRES, 2008). Assim, perdura uma epistemologia das relações coloniais¹, visto que essa lógica impediu de identificar origens e trajetórias em direção a um processo de desvinculação das perspectivas coloniais nas áreas de teoria, pesquisa e prática (FERNÁNDEZ et al., 2021).

Diante disso, evidencia-se como a relação estabelecida entre colonizados e colonizadores impacta nos processos intersubjetivos de uma população. Castro e Araújo (2020), nomeiam esses processos como “economia psíquica”, explicitando a importância das discussões acerca dos processos psíquicos, assim como das dimensões políticas e sociais da dominação, considerando as consequências que são sentidas até hoje, seja na memória individual, seja na memória coletiva de uma nação.

A descolonização é um processo que aparece como uma alternativa à lógica supracitada e envolve contínuos questionamentos e rupturas (FERNÁNDEZ et al., 2021). Não se limita a processos históricos do passado, mas a um movimento necessário para combater a colonialidade que perdura até hoje dentro do campo do conhecimento. A colonialidade não atinge apenas populações marginalizadas da América, mas é um tema constituinte da

¹ É uma dominação epistemológica, pois pressupõe que as relações coloniais corroboram para uma relação desigual de saber-poder devido à supressão dos saberes dos povos colonizados, colocando-os em lugar de subalternidade, o que influenciou diretamente na construção do conhecimento científico (MARTINS; MOITA, 2018).

modernidade, o qual se propaga por via da globalização (MALDONADO-TORRES, 2008). Para isso, é preciso um desprendimento dessa lógica racional-moderna que instrumentaliza a razão a partir do paradigma europeu de colonização, o qual vinculou à modernidade racional e ao pensamento colonizador uma forma de libertação dos povos. A alternativa é, então, a destruição dessa colonialidade (QUIJANO, 1992).

Essa destruição é conceituada por Maldonado-Torres, 2008, como *giro descolonial*. É um giro, pois propõe uma mudança de paradigma, considerando que o poder colonial se perpetua de múltiplas formas dentro da organização global das nações. A descolonização é uma alternativa que se faz presente a partir de diferentes estratégias e contestações que objetivam essa mudança nas formas hegemônicas de poder, ser e conhecer. Mais do que isso, também se traduz como uma posição ético-política frente ao sentimento de horror resultante do reconhecimento da hierarquia imposta pela colonialidade. É necessária uma atitude descolonial, na qual o sujeito assume uma perspectiva crítica frente ao fenômeno e orienta suas ações sobre o mundo a partir da defesa da justiça social. Não pressupõe uma ciência neutra que não toma partidos, pois na busca pela libertação dessa lógica, a produção de conhecimento deve assumir o lado dos povos e territórios que, historicamente, sofrem com essa relação de dominação.

Busca-se, assim, segundo Mignolo (2008), uma desobediência epistêmica. Não é sobre deslegitimar ideias críticas europeias que buscam ultrapassar a colonialidade, mas sim buscar a identidade dos povos e territórios dominados dentro da produção de conhecimento e relações que se estabelecem em seus próprios domínios. Essa identidade está intimamente ligada à epistemologia, pois parte da desvinculação dos conceitos ocidentais na busca do acúmulo do conhecimento a partir de novos fundamentos que refletem a memória histórica de uma nação.

A desideologização é um dos processos que objetiva a descolonização do conhecimento. Segundo Martín-Baró (2017), um fazer desideologizador demanda que a Psicologia assuma a perspectiva das maiorias oprimidas e desenvolva pesquisas sistemáticas sobre a realidade dessas maiorias. Desideologizar pressupõe um compromisso crítico com a realidade e isso se inicia na perspectiva do sujeito. A construção de conhecimento científico que não considera a forma que o sujeito vivencia, compreende e enxerga o fenômeno é uma “pretensão falsa hermeneuticamente e epistemologicamente” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 63). Compreender o percurso histórico do fenômeno da ALNS e todas as pluralidades de terminologias que a comunidade científica utiliza ao referir-se a esse objeto de estudo torna possível a compreensão da ideologia predominante.

Esse fenômeno estudado no presente trabalho foi descrito pela primeira vez por Menninger (1938), como uma ação tranquilizadora utilizada pelo indivíduo para evitar o suicídio, nomeando-o como Automutilação. Segundo Araújo et al. (2016), iniciou-se por estudos de casos sobre severas formas de autoagressão (autoenucleação dos olhos e amputação de membros). Sendo sempre descrito como sintoma ou comorbidade frente aos distúrbios psiquiátricos da época (psicose, histeria, episódios maníaco-depressivos, por exemplo), foi um fenômeno que começou a ser estudado majoritariamente pela comunidade médica e psiquiátrica, o que confere ao termo um lugar dentro da saúde mental como sintoma de uma doença mental ou um sinal de um transtorno orgânico do indivíduo. Dessa forma, o termo Automutilação traduz uma gravidade maior em relação às autoagressões, pode se relacionar com a intenção suicida (o que entra em contradição com o próprio termo “não suicida”), além de carregar a episteme manicomial europeia.

Psiquiatra crítico, Szasz (1960) problematiza o conceito de doença mental. Reconhecendo a existência do sofrimento emocional, sua crítica se refere à forma pela qual esse sofrimento é discutido e conceituado. Conflitos emocionais como ansiedade e depressão, de fato, existem, porém não podem ser chamados de doenças no sentido literal, pois isso os caracteriza como

patologias. Segundo ele, o conceito de mente não é o mesmo que o de cérebro e não é possível reduzir as funções mentais às funções cerebrais, logo, doenças da mente não são doenças do cérebro. Para justificar, Szasz (2000) recorre ao significado literal de doença encontrado no dicionário (Oxford English Dictionary), o qual é definido como uma condição do corpo, ou de qualquer parte ou órgão do corpo, em que as funções se encontram desreguladas ou perturbadas; uma condição física mórbida. Dessa forma, como a mente não é um objeto material e concreto como o cérebro, só é possível falar de doenças da mente no sentido figurado, e não literal. Pois, ao não fazer distinção entre os transtornos da mente e as doenças corporais, torna-se compulsório patologizar a vida e as ações dos indivíduos (SZASZ, 1960; SZASZ, 2000).

Dessa forma, quando questionamos o conceito de doença, ele é desmontado – assim como diversos outros conceitos gerados pela psiquiatria. O indivíduo, já não é mais visto como uma entidade incompreensível, o que abre caminho para novas formas de produção de conhecimento, as quais resultam em abordagens práticas inovadoras (AMARANTE, 2009).

É a partir dessa perspectiva de saúde mental que nos orientamos na definição do fenômeno. Atualmente, segundo o *Guia prático de atualização do departamento científico de adolescência*, elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), a autolesão é o nome utilizado para se referir a um conjunto de agressões que o indivíduo provoca em seu próprio corpo, deliberada e propositalmente. Esse comportamento pode se dar de duas formas distintas: pelo comportamento autolesivo, cujo intuito final é o suicídio, ou pela Autolesão Não Suicida (ALNS), a qual envolve inferir cortes na pele com objetos cortantes, roer unhas, queimar a pele com cigarro ou produtos químicos, socar-se ou socar paredes ou outros materiais rígidos, entre outros. A ALNS, majoritariamente, é experienciada de forma individual, seja durante o ato, seja após o ato. É comum o sujeito esconder as cicatrizes oriundas das autoagressões, temendo algum julgamento. Isso confere um poder de isolamento frente ao fenômeno.

É importante enfatizar que tais comportamentos se distinguem de atos socialmente aceitos que causam alterações no corpo com finalidade estética, como ocorre nos piercings e tatuagens (LE BRETON, 2010). Segundo a International Society for the Study of Self-Injury (ISSI), Sociedade Internacional para o Estudo da Autolesão, é importante destacar que a ALNS sempre será uma violência intencional que possui o dano físico como consequência esperada, por isso, comportamentos de risco que podem ou não resultar danos ao indivíduo não se enquadram na definição do fenômeno – como dirigir muito rapidamente ou o uso abusivo de substâncias psicoativas (ISSI, 2018).

Apesar da ALNS não possuir intenção consciente de suicídio, ela pode gerar ferimentos graves, os quais se tornam em cicatrizes posteriormente (SILVA; BOTTI, 2017). Além do efeito na saúde física, a ALNS passou a ser considerada um problema de saúde pública, uma vez que afeta de forma direta as relações do indivíduo, assim como as pessoas em seu convívio, especialmente sua família. Também aparece como uma forte preocupação dentro das escolas devido ao aumento do número de casos, o que necessita de um olhar aprofundado do fenômeno dentro desse contexto (LORENZETTI, 2021). O período da vida no qual há a maior incidência do comportamento autolesivo é na adolescência (CIPRIANO; CELLA; COTRUFO, 2017), fase que é muitas vezes compreendida como um momento de grandes crises e turbulências, uma vez que é quando ocorre a transição da infância para a vida adulta, havendo novas demandas e responsabilidades a serem assumidas, além de que o indivíduo precisa manejar as mudanças corporais advindas da puberdade (BERNARDES, 2015). Diante de tais mudanças, é tido que o adolescente não possui ainda recursos emocionais para enfrentá-las, de modo que a raiva, impulsividade, estresse e tristeza são sentimentos muito presentes nessa fase da vida e que podem contribuir para o engajamento do indivíduo em comportamentos autolesivos, como uma forma de regulação emocional (FELIPE et al., 2020).

A Autolesão Não Suicida costuma ocorrer, majoritariamente, em adolescentes do sexo feminino (SILVA; BOTTI, 2018). Essa prevalência pode ser relacionada à pressão estética à qual as garotas adolescentes são submetidas, padrão esse que é produzido pela sociedade contemporânea e difundido pelas redes sociais como sendo o modelo de corpo. A pesquisa de Gonçalves e Silva (2017) aponta que a violência autodirigida seria então uma forma de dar um escape à dor de não possuir o corpo ideal, que segundo as garotas participantes da pesquisa mencionada, seria o da boneca Barbie, ou seja, magra, loira, olhos claros e cabelos longos, assim como seios e “bumbum” grandes.

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019) a autolesão pode ter como fatores de risco também ter sofrido durante a vida violência sexual, física ou psicológica, apontando possíveis contextos de vulnerabilidade. Sendo assim, a Autolesão Não Suicida não seria apenas um sintoma associado a transtornos psicológico. Como é colocado em outra perspectiva, também sobre a autolesão (WALSH, 2007), o fenômeno se apresenta a partir das circunstâncias que permeiam a vida do indivíduo, o que afasta raízes biologizantes que poderiam compreendê-lo a partir de explicações orgânicas, sem levar em consideração a motivação para o ato.

Dessa forma, o termo Autolesão Não Suicida abrange uma gama muito maior de acontecimentos na vida do sujeito, que não se relacionam com a lógica psiquiátrica manicomial, visto que aparece em diferentes espaços da vida cotidiana, muitas vezes relacionado a busca do cessar do sofrimento oriundo de questões sociais, culturais, econômicas e histórica (LORENZETTI, 2021; KLONSKY & MUEHLENKAMP, 2007). Não se pode limitar a questão a uma comorbidade psiquiátrica, como é o caso, por exemplo, do resultado de episódios psicóticos desencadeados pela esquizofrenia. O fenômeno que o presente trabalho se propõe a estudar diz respeito a episódios de autoagressão que não estão relacionados às doenças da mente.

Essa lógica de atribuir aos mecanismos intrapsíquicos a causa para a falta do bem-estar psicológico independentemente das condições sociais, desconsidera fatores políticos, sociais e econômicos quando analisa gêneses, responsabilizando apenas o indivíduo pelo sofrimento humano advindo da crescente injustiça social e discriminação. Essa culpabilização é firmada em justificativas como uma inferioridade psicológica ou biológica (PRILLELTENSKY, 1999), o que traz impactos na identidade do indivíduo que absorve para si mesmo uma concepção estigmatizada do fenômeno. Não são necessários episódios fortemente traumáticos de opressão para deixar marcas psicológicas: pequenas doses diárias e, aparentemente inofensivas, já são suficientes (PRILLELTENSKY; GONICK, 1996).

Método

Foi realizada uma revisão sistemática integrativa da literatura (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014), tendo como foco a terminologia utilizada para referir ao fenômeno e a partir de qual área de conhecimento a produção científica ocorreu. Os descritores utilizados na pesquisa foram *Autolesão Não Suicida* e *Automutilação*. A pesquisa foi realizada em seis bases de dados, que serão elucidadas a seguir: Scielo, IndexPsi, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico.

Apenas artigos brasileiros e publicados em português foram considerados, este critério estabeleceu um recorte intencional dentre os estudos na temática, uma vez que o objetivo do presente artigo foi de justamente refletir sobre como a *Autolesão Não Suicida* é estudada no contexto dos jovens brasileiros, partindo também do pressuposto de que o sofrimento de um indivíduo – e a forma como ele se manifesta estão diretamente relacionados com o seu contexto social e histórico.

Como critério de inclusão, foram tabuladas as produções científicas que se referem ao fenômeno somente em seres humanos, fora da ótica de transtornos mentais (esquizofrenia/psicose), onde o fenômeno aparece como um sintoma oriundo da psicopatologia em questão. Produções que se referiam apenas a comportamentos autolesivos com intenção suicida também foram desconsideradas, para que houvesse uma maior adequação ao propósito da revisão realizada, ou seja, compreender o fenômeno da autolesão além da associação à ideação suicida.

Foi realizada, então, a leitura do título e resumo das produções, a partir dos critérios e descritores supracitados. Conforme as produções passaram a ser selecionadas, elas foram categorizadas manualmente de acordo com o termo utilizado e a área de conhecimento. Concluiu-se a área de conhecimento do artigo a partir da área da revista publicada (ou, no caso de dissertações e teses, a partir da área de conhecimento à qual a pesquisa foi submetida) resultando em 27 áreas no total: Análise de Redes Sociais, CAPS, Clínica em Psicologia; Enfermagem; Fisioterapia hospitalar; Medicina; Psicologia Clínica Cognitivo Comportamental; Psicologia Clínica Comportamental; Psicologia Clínica Gestalt; Psicologia Clínica Jungiana; Psicologia Clínica Psicanálise; Psicologia Clínica no geral; Psicologia; Psiquiatria; Terapia Ocupacional; Educação/Escola; Educação/Escola e Saúde; Direito; Antropologia; Sociologia; Serviço Social; Avaliação Psicológica; Literatura; Psicologia Social; Psicologia Sócio Histórica.

Essas áreas foram agrupadas em 10 categorias mais amplas, a partir da similaridade entre as áreas de conhecimento, quais foram: Saúde; Educação/Escola; Educação/Escola e Saúde²; Direito; Ciências Sociais; Serviço Social; Avaliação Psicológica; Literatura; Psicologia Social; Psicologia Sócio-histórica. Este agrupamento foi realizado com a intenção de visualizar de forma mais ampla e generalizada os termos de acordo com a área da produção incluída na revisão sistemática integrativa.

2 São trabalhos que apresentam uma intersecção entre os dois campos, tratando-se de intervenções que focam no contexto educacional, porém praticadas em algum aparato da rede de saúde, por profissionais da saúde.

As produções foram categorizadas também com base no ano de publicação e observando se o suicídio foi citado no resumo. Posteriormente, foi organizada uma tabela de todos os estudos selecionados, a partir da qual foi possível analisar os dados que deram origem aos gráficos e demais tabelas apresentadas que compõem este artigo.

Tabela 1 – Número de produções encontradas e consideradas na revisão de literatura, por base de dados

Base de dados	Produções encontradas	Produções consideradas
SciELO	29	11
IndexPsi	15	8
Periódicos CAPES	258	35
Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações	33	18
Portal Regional de Biblioteca Virtual em Saúde	131	6
Google Acadêmico	741	142

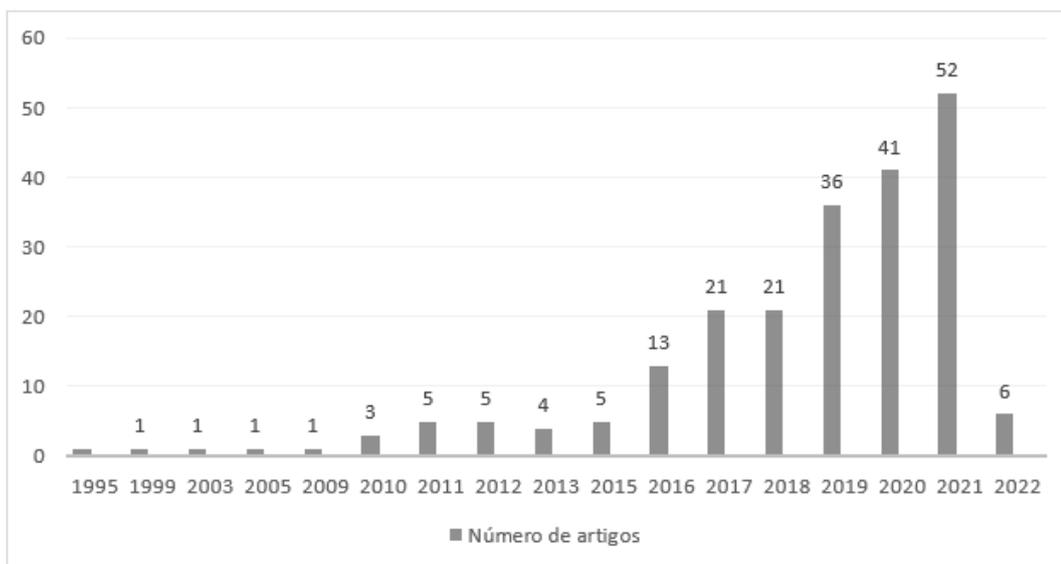
Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Ao todo, foram encontrados 1.207 resultados nas pesquisas, dos quais foram consideradas 219 produções para o resultado e discussão do presente artigo, seguindo os critérios expostos anteriormente. Os dados obtidos foram organizados em um quadro e foram categorizadas as seguintes informações sobre cada produção científica: título, termos utilizados (visto que alguns manuscritos se utilizaram de mais de um termo para referir ao fenômeno), área do conhecimento, ano de publicação e se o resumo da produção se referia ao suicídio ou não. A partir desse quadro, foram delineados os resultados e as correlações entre as informações tabuladas.

Resultados e discussão

Pode-se perceber, como demonstrado tanto na Tabela 1, anteriormente apresentada, quanto no Gráfico 1, que o número de publicações sobre o assunto possui um aumento ao longo dos anos, principalmente a partir de 2016. O ano de maior publicação foi 2021, com 52 produções científicas. Foram encontradas apenas 6 produções científicas no ano de 2022, o que pode ser explicado pelo fato de que o presente artigo, assim como a pesquisa bibliográfica que o embasa, foram realizados no primeiro semestre de 2022, de modo que não engloba todas as produções publicadas no ano em questão.

Gráfico 1 – Relação ano de publicação dos artigos sobre ALNS e ano de produções científicas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O fato de haver um maior número de produções científicas sobre a temática da Autolesão Não Suicida nos últimos anos pode ser atribuído a um aumento significativo de casos de ALNS em jovens brasileiros a partir de 2015, o que parece ter atraído a atenção de acadêmicos da área da saúde, principalmente da Psicologia, para esse fenômeno, no intuito de buscar compreender e investigar o que desencadeou essa epidemia e violência autodirigida, que é considerada, hoje, um problema de saúde pública (TENÓRIO, 2017). Ao longo dos últimos anos, essas produções têm servido de embasamento teórico para a conduta de profissionais de diversos campos, na forma de lidar com jovens que se autolesionam. Sendo assim, é de extrema importância discutir a forma que se produz conhecimento sobre o assunto, haja vista que ele pode tanto contribuir para uma patologização individualizada do sujeito, ou, em contraposição, promover ações que estimulam consciência, crítica e emancipação.

A literatura também apresentou, em sua grande maioria, a mera descrição do fenômeno, carecendo de propostas de práticas preventivas (em todos os níveis) que possam ser concretizadas em diferentes campos além dos mais tradicionais e hegemônicos, como a clínica, por exemplo. Isso reflete também uma colonialidade do conhecimento científico, a qual dissocia a teoria e prática, o que não lhe confere um caráter de transformação da realidade.

Ao todo foram encontradas 27 áreas de produções científicas referentes ao tema, as quais foram categorizadas em 10 áreas gerais: Saúde (análise de redes sociais, CAPS, Clínica em Psicologia; Enfermagem; Fisioterapia; hospitalar; Medicina; Psicologia Clínica Cognitivo Comportamental; Psicologia Clínica Comportamental; Psicologia Clínica Gestalt; Psicologia Clínica Jungiana; Psicologia Clínica Psicanálise; Psicologia Clínica no geral; Psicologia; Psiquiatria e Terapia Ocupacional), Educação/Escola, Educação/Escola e Saúde, Direito, Ciência Sociais (Antropologia e Sociologia), Serviço Social, Avaliação Psicológica, Literatura, Psicologia Social e Psicologia Sócio Histórica. A Tabela 2 demonstra o número de produções encontradas por área geral e a porcentagem de cada uma em relação ao total de produções encontradas.

Como o Gráfico e a Tabela 2 ilustram, é possível perceber uma total predominância de produções científicas relativas à ALNS na área da Saúde (72,6%), sendo que Educação/Escola aparece como

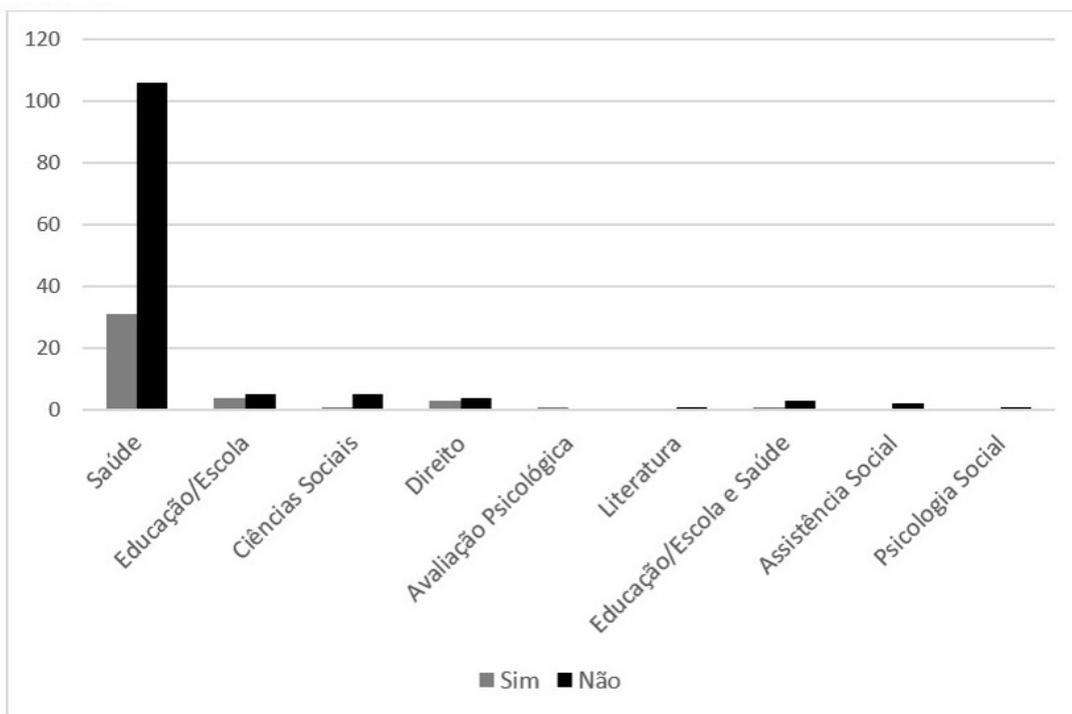
a segunda área com apenas 17,4% de produções. Dentro dessa estatística, a área específica da Saúde que mais produziu material científico referente ao tema foi a da Psicologia Clínica, o que demonstra que o tema ainda é tratado pela Psicologia dentro da Clínica e de forma individual. Esses dados demonstram qual a tendência para pesquisa do fenômeno, chamando a atenção para a discrepância em relação às outras áreas do conhecimento. É possível relacionar essa diferença a muitos encaminhamentos para a saúde, demonstrando a carência de produções que abordem o tema dentro do ambiente escolar. Considerando o caráter individual e isolado que o fenômeno apresenta (LORENZETTI, 2021), é importante compreender que ações coletivas e contextualizadas podem ser mais efetivas do que ações individuais e apenas no âmbito da saúde, visto que há um perigo do fenômeno adquirir um caráter patológico. Se a literatura científica aponta que o fenômeno aparece mais em jovens, a escola aparece como um espaço importante de investigação para poder compreender como a ALNS se apresenta dentro da comunidade escolar e como isso a afeta, objetivando práticas de ação e prevenção que se relacionem com esse contexto.

Tabela 2 – Frequência em números e porcentagem de áreas de conhecimento das produções consideradas

Área por categoria	Frequência (n°)	Frequencia (%)
Seviço Social	2	0,9%
Avaliaçã Psicológica	1	0,5%
Ciências Sociais	5	2,3%
Direito	7	3,2%
Educação/Escola	38	17,4%
Educação/Escola e Saúde	4	1,8%
Literatura	1	0,5%
Psicologia Social	1	0,5%
Psicologia Sócio-histórica	1	0,5%
Saúde	159	72,6%
Total	219	100,0%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Gráfico 2 – Frequência em números e porcentagem de áreas de conhecimento das produções consideradas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Em relação à nomenclatura, é importante ressaltar que mais de uma produção se utilizou de diferentes termos para referir o fenômeno; dessa forma, a porcentagem foi calculada em relação ao total de termos utilizados. Como demonstra a Tabela 3, a seguir, a nomenclatura mais utilizada foi *Automutilação*, totalizando 46,83% e a segunda mais utilizada foi *Autolesão* (15,87%). Em terceiro lugar ficou a *Autolesão Não Suicida*, com um total de 9,92%. Comportamentos autolesivos também foi um termo utilizado em 7,54% das produções consideradas. Esses dados ilustram a preponderância do termo *Automutilação* para se referir ao fenômeno.

Tabela 3 – Nomenclatura utilizada para o fenômeno nas produções consideradas e frequência em números e porcentagem

Nomenclatura	Frequência (n°)	Frequência (%)
ALNS	25	9,92%
Autolesão	40	15,87%
Autolesão sem intensão suicida	4	1,59%
Automutilação	118	46,83%
Comportamento(s) Autolesivo(s)	19	7,54%
Comportamento Autolesivo sem intensão suicida (ou não suicida)	2	0,79%
Conduta Autolesiva	6	2,38%
Cutting	5	1,98%
Violência Autoinflingida	6	2,38%
Escarificação	6	2,38%
Autoagressão	4	1,59%
Lesão Autoprovocada	3	1,19%
Violência Autoprovocada	5	1,98%
TOTAL	252	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Considerando que a nomenclatura Automutilação foi utilizada historicamente para referir ao fenômeno que se apresenta de uma forma bastante agravada dentro da Área da Psiquiatria como uma comorbidade de transtornos mentais, a herança histórica que o termo carrega ainda o vincula à patologização e a severas formas de autoagressão. Isso representa um estigma biologizante do fenômeno e não corresponde a diferentes formas mais brandas nas quais ele se apresenta (cortes, queimaduras, arrancar cabelos etc.). Destaca-se a importância da descolonização do termo, buscando nomenclaturas que não estigmatizem o indivíduo que se autolesiona como doente e traduzam as dimensões sociais e culturais que permeiam a sua incidência – principalmente quando a ALNS se apresenta em crianças em idade escolar. Portanto, faz-se necessário reformular e padronizar a forma com a qual a literatura científica brasileira nomeia o fenômeno, o que também se aplica na utilização do termo não suicida, visto que a ALNS se apresenta como uma ação que não tem o suicídio como finalidade, e sim a busca de uma resolução frente a um sofrimento.

Isso também se faz importante perante a dificuldade que o uso de diferentes termos não padronizados traz para a compreensão da comunidade científica frente às produções encontradas, visto que isso acaba por dificultar a compreensão e o delineamento do fenômeno que está sendo discutido em cada manuscrito. Foi encontrado, por exemplo, o termo Automutilação Patológica (YARYURA-TOBIAS; MANCEBO; NEZIROGLU, 1999) e *Automutilação digital* (LOURO et al., 2020). Algumas produções utilizam o termo Comportamento Autolesivo (GUERREIRO; SAMPAIO, 2013), outros Atos Autolesivos ou Lesões Autoprovocadas (CALDAS et al., 2009). Foi encontrado, ainda, o termo *Escoriação Psicogênica* (FREITAS, 2011), para se referir à ALNS. Já em outra publicação, foi utilizado um termo mais amplo: Conduta Autolesiva (SANTOS; FARO, 2018).

Essa variação cria dúvida sobre a intenção suicida ou não desses comportamentos, visto que dentro da presente revisão da literatura foi possível perceber que muitos termos ainda não o fazem (Atos Autolesivos, Autolesão, Automutilação, Comportamentos Auto Lesivos, Conduta Auto Lesiva, Prática Autodestrutiva, Violência Auto Infligida, Autoagressão, Fenômeno Auto Lesivo, Auto Injúria, Lesão Autoprovocada e Escoriação Psicogênica), principalmente quando consideramos que, por critério previamente estabelecido³, esses termos foram de pesquisas consideradas que não referiam a comportamentos suicidas.

A intenção suicida é um forte indicador que diferencia a ALNS de ideações suicidas ou de episódios onde o suicídio é a finalidade. Para que o fenômeno seja bem delineado dentro da literatura científica, é imprescindível compreender a motivação para o ato a partir das dinâmicas relacionais da vida cotidiana do sujeito, pois assim será possível delimitar o nível de sofrimento psíquico e buscar práticas que se adequem ao fenômeno em questão. Só é possível criar políticas públicas que respondam às necessidades dos sujeitos que se engajam com a ALNS se as estatísticas referentes forem precisas e o diferenciarem do suicídio.

O termo Escarificação ou Autoescarificação também foi utilizado em algumas produções (CARDOSO; AMPARO, 2021; SILVA, 2021; VENOSA, 2015) e refere-se a ALNS praticada a partir dos cortes na pele. Essa nomenclatura se apresenta como uma alternativa ao termo *Cutting* (DETTMER; COSTA, 2017; SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2021), também utilizado nas produções brasileiras, e ilustra a importância de termos que utilizam o idioma Português (BR), na busca por valorizar o conhecimento científico nacional e buscar nomenclaturas que reflitam o nosso território e busquem uma descolonização da produção científica, visto que o fenômeno deve ser contextualizado e entendido a partir do contexto brasileiro, o que se inicia no idioma e nas palavras, bem como nos sentidos que o conceituam. Apesar de terem sido consideradas mais de 200 produções brasileiras sobre a autolesão, percebe-se que o conhecimento sobre esse fenômeno ainda carece de ser aprofundado e pesquisado.

Relacionando as áreas de conhecimento com a nomenclatura utilizada, como pode ser visto na Tabela 4, também foi possível perceber que, principalmente na área da saúde, Automutilação foi o termo mais usado em relação ao termo ALNS. Na área de Educação/Escola, o termo Automutilação também apareceu mais vezes, o que retoma os questionamentos sobre a ideologia por trás da nomenclatura e de que forma isso pode estigmatizar e patologizar o indivíduo e sua compreensão, podendo levar a ações medicamentosas como intervenções frente ao fenômeno ou a compreensão da ALNS como uma doença mental de bases fisiológicas, visto que, como já mencionado neste artigo, a Automutilação é um nome que é usado tanto para estudantes/jovens se lesionam de uma forma superficial como para casos graves de surtos psicóticos ou esquizofrenia onde cortam um membro, arrancam olhos, mutilam os genitais, canibalismo etc.

3 Critérios de seleção e exclusão para a presente revisão da literatura. Os critérios estão explicitados no método.

Tabela 4 – Relação entre nomenclatura utilizada para referir-se ao fenômeno nas produções consideradas e área do conhecimento

Correlação	Frequência (n°)
Automutilação e Saúde	81
Automutilação e Educação/Escola	24
ALNS e Saúde	13
ALNS e Educação/Escola	18
Total	138

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Essa superioridade numérica da produção de conhecimento na área da saúde (seja em espaços clínicos, seja em instituições de saúde mental), pode traduzir uma questão hegemônica que trata majoritariamente as questões referentes a sofrimentos da vida cotidiana do sujeito como apenas de saúde biológica. Isso, conseqüentemente, irá resultar em práticas que podem resumir o sofrimento psíquico a intervenções medicamentosas e biologizantes. O ser humano, como ser essencialmente social, possui dimensões socioculturais que são importantes para compreensão do sofrimento humano, questões essas que estão presentes em diferentes espaços da sua vida cotidiana, como a escola. Não se trata de extinguir a discussão da área da Saúde, mas buscar levá-la a outros lugares, orientando a prática do profissional de Psicologia dentro desse campo, de uma forma que não se resume a meros encaminhamentos. Questionar esses resultados encontrados na revisão, possibilita um destaque da necessidade de outras formas de enfrentamento que capacitem o profissional de psicologia a lançar mão das estratégias que dispõe dentro do ambiente escolar para poder agir sobre o fenômeno de forma preventiva

Como demonstrado a seguir na Tabela 5, na maioria das produções selecionadas (219), o suicídio não foi citado no resumo. Analisando a presença do termo *suicídio* pelas áreas das publicações selecionadas, pode-se notar, como ilustrado no Gráfico 2, que há uma maior presença de citação da palavra *suicídio* entre as publicações da área da Saúde, se comparados com as da área da Educação/Escola. Já nas categorias de Literatura, Psicologia Social, Serviço Social e Psicologia Sócio-histórica, nenhuma das publicações selecionadas possuem o termo *suicídio* no resumo. Em contraposição, na categoria de Avaliação Psicológica, a única produção científica selecionada na revisão bibliográfica possui *suicídio* no resumo.

Tabela 5 – Número de produções científicas que citaram suicídio no resumo

Não	Sim	Sim, mas diferencia	Não deixa claro
167	40	8	4

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Frequentemente, a autolesão é associada de forma direta à ideação suicida ou ao próprio suicídio, como um comportamento que precede tal ato (KRUG *et al.*, 2002), isso ocorre principalmente nas produções da área da saúde, como Psiquiatria e Enfermagem. Porém, em publicações de outras áreas, como no campo do Serviço Social, a autolesão é compreendida como um indicador do sofrimento psíquico de adolescentes brasileiros, sofrimento relacionado ao cenário histórico e político do país, o qual é visto por esses indivíduos como bastante instável, de modo a causar inseguranças em relação ao futuro.

Conclusão

As nomenclaturas utilizadas nas produções científicas brasileiras ainda são muito dispersas, o que apresenta uma dificuldade para a compreensão e o delineamento do fenômeno da ALNS. Tanto a utilização de diferentes termos como a não utilização do termo não suicida para delimitar o fenômeno são problemáticos e geram dúvidas no tocante à finalidade da autolesão e o delineamento do fenômeno para sua compreensão. Assim, faz-se necessária uma padronização da nomenclatura na literatura científica brasileira para que a produção de conhecimento possa avançar de forma clara e concisa, visto o crescente interesse científico pelo tema.

Compreendendo, também, a importância de um conhecimento científico descolonizado, que objetive o entendimento do indivíduo na sua totalidade, buscando evitar o reducionismo intrapsíquico que relaciona o fenômeno a alguma disfunção orgânica, este artigo defende a utilização do termo Autolesão Não Suicida para fazer referência ao conjunto de agressões que o indivíduo provoca em seu próprio corpo, deliberada e propositalmente, sem haver intenção suicida e quando não trata de graves autoagressões, como é o caso de decepamento de membros ou órgãos, no lugar de Automutilação. Isso também se justifica no peso histórico da Psiquiatria no termo Automutilação, que ainda gera muitos estigmas para o indivíduo que se autolesiona na busca de uma solução frente aos sofrimentos da vida cotidiana, na busca de uma descolonização do termo. Essa visão exclusivamente psiquiátrica pode resultar em intervenções puramente medicamentosas, que não ampliam a conscientização do indivíduo frente aos elementos de cunho social, cultural e político que podem gerar sofrimento, tolhendo a possibilidade de ações coletivas de ação e reflexão que gerem um fortalecimento.

A defesa do termo implica em algo muito maior do que a simples mudança da terminologia, mas em uma desobediência epistêmica na busca do giro descolonial na produção do conhecimento científico sobre o fenômeno. Esse questionamento abre caminhos para a transformação das políticas públicas para lidar com a ALNS, considerando diversos espaços nos quais o fenômeno pode aparecer, buscando novas práticas que apresentem consonância com uma posição ético-política descolonizadora. Neste trabalho, buscou-se desvincular da hegemonia europeia tradicional, considerando a forma que a ALNS se apresenta no contexto do nosso país. Dessa forma, não é possível dissociar teoria e prática, pois produzir conhecimento científico sobre o tema vai além de meras descrições, mas objetiva, também, novas práticas que estejam de acordo com uma epistemologia que responda às reais necessidades da sociedade, evitando

um olhar puramente patologizante e biologizante que leva a uma compreensão estigmatizada do sujeito.

Considerando os resultados deste estudo, fica claro que é preciso um aprofundamento das várias dimensões das produções relativas ao fenômeno da ALNS, para que seja possível classificar ações intercorrentes. Assim, será possível criar estratégias preventivas e que possibilitem ao profissional de psicologia lidar com a ALNS em diversos espaços, resultando em menos encaminhamentos para a área da saúde⁴. Além disso, destaca-se a importância da produção de conhecimento se orientar a partir de uma perspectiva crítica, para que existam mais manuscritos que se proponham a estudar o fenômeno desvinculando-se da colonialidade.

Diante da leitura da realidade, observou-se que o Brasil carece de produções científicas sobre o tema na área da Educação/Escola, contexto que vem apresentando um grande crescimento no número de casos. Pensando a escola como um espaço de proteção que tem como objetivo assegurar o desenvolvimento dos estudantes, a produção de conhecimento acerca de compreensões e ações dentro desse contexto também apresenta uma lacuna nas produções científicas. Seguindo a compreensão de Moreira e Guzzo (2014), sobre o que fazer da Psicologia na escola, o psicólogo inserido dentro do contexto escolar como profissional da educação, acompanhando o processo de desenvolvimento dos estudantes e compreendendo as dimensões do fenômeno, pode construir espaços coletivos para discussão e reflexão sobre a ALNS, fomentando ações preventivas para lidar com o fenômeno (como rodas de conversas com estudantes e formações com a equipe escolar), diminuindo, assim, o número de encaminhamentos para a área da saúde e qualificando a compreensão e as formas de lidar com essa prática.

Por fim, acredita-se que o presente artigo abre caminhos para futuras discussões que englobem uma dimensão ainda maior do que o território brasileiro, criando uma base de dados, teorias e práticas que possam refletir a realidade dos países do sul-global, os quais sofrem, historicamente e atualmente, os ecos da lógica colonizadora que lhes foi imposta.

4 É importante destacar que o intuito não é descredibilizar a área da saúde quando se trata da discussão e produção de conhecimento acerca da ALNS, e sim defender a necessidade de uma orientação descolonizadora e crítica para tais discussões, independente do campo do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARANTE, P. D. Reforma psiquiátrica e epistemologia. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/ Brazilian Journal of Mental Health**, v. 1, n. 1, p. 34-41, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/68425>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- ARAÚJO, J. et al. O corpo na dor: Automutilação, masoquismo e pulsão. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 497-515, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/131020>>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BERNARDES, S. **Tornar-se (in) visível**: um estudo na rede de atenção psicossocial de adolescentes que se automutilam. 2015. Dissertação (Dissertação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135810>>. Acesso em: 9 mai. 2023.
- CALDAS, M. et al. Conduas autolesivas entre detentas da Colônia Penal Feminina do Recife. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, p. 575-582, set. 2009. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24522>>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- CARDOSO, B. C. C.; AMPARO, D. M. do. Por uma escuta sensível: a escarificação na adolescência como fenômeno multifacetado. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 54, n. 101, p. 221-237, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352021000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- CASTRO, L. R.; DE ARAÚJO, J. A. M. Economia ‘psíquica’ importa? Descolonização e elementos subjetivos de re-inscrição social. **Revista Polis e Psique**, v. 10, n. 1, p. 106-122, 2020. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/91087>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- CIPRIANO, A.; CELLA, S. COTRUFO, P. Nonsuicidal self-injury: a systematic review. **Frontiers in Psychology**, Caserta, v. 8, p. 1946 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2017.01946/full>> Acesso em: 10 mai. 2023.
- DETTMER, S. E. S; OLIVEIRA C. D., J. B. Gestão e a construção do cutting: um resgate histórico de como a reestruturação produtiva afeta a saúde no contexto escolar. **Olhar de Professor**, Uvaranas, v. 20, n. 1, p. 122-133, jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.20i1.0010>>. Acesso em: 9 mai. 2023.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S; ALCOFORADO, C. L. Goulart C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 09-11, 2014. Disponível em: <<https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- FELIPE, A. et al. Autolesão não suicida em adolescentes: terapia comunitária integrativa como estratégia de partilha e de enfrentamento. **SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, v. 16, n. 4, p. 75-84, ago. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762020000400010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 9 mai. 2023.
- FERNÁNDEZ, J. S. et al. Roots and routes toward decoloniality within and outside psychology praxis. **Review of General Psychology**, v. 25, n. 4, p. 354-368, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/10892680211002437?casa_token=4PwTGjVlonUAAAAA:YoOb8rBfQgauQoJJKLBNkigMcNKU-ZeXjMIkEqkYYQH07uC_ozsvqEoCuY6UfLlvHBXrLSOFKLHz>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- FREITAS, D. E. P. D. **Escoriação psicogênica: aspectos psicológicos e fatores de personalidade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade

- Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, mar. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97489>>. Acesso em: 9 mai. 2023.
- GONÇALVES, J. N.; SILVA, E. P. Q. Automutilação, gênero, sexualidade e escola. **Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**, Rio Grande, p. 233, 2017. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/livro_debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf#page=233>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- GUERREIRO, D. F.; SAMPAIO, D. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, Lisboa, v. 31, n. 2, dez. 2013. p. 213-222. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902513000308>>. Acesso em: 9 mai. 2023.
- KLONSKY, E. D.; MUEHLENKAMP, J. J. Self-injury: A research review for the practitioner. **Journal of Clinical Psychology**, v. 63, n. 11, p. 1045-1056, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jclp.20412?casa_token=VK2WZ22jqdIAAAA:uYM97QrMTj4mEwB7ToIOU5ETwzTzzG3TXKANSvrPL9bmovonl3D46PowqBOND2PlpLogTe-sj7XJX8g>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- KRUG, E. G. et al. The world report on violence and health. **The Lancet**, v. 360, n. 9339, out p. 1083-1088, out 2002. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673602111330?casa_token=a1HXPo5HshAAAAA:MNblowdSYdzSTohza3lXrsRGv8FebpzlvULkCtZekPNMNjaJL_UcbBrrVBj9on6Ps6m1h8YLtDk> Acesso em: 9 mai. 2023.
- ISSS. International Society for the Study of Self-Injury. 2018. What is nonsuicidal self-injury? Disponível em: <<https://www.itriples.org/what-is-nssi>>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- LE BRETON, D. Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, p. 25-40, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/KJyqh8ryDjNzrsdJx7wF7wv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 9 mai. 2023.
- LORENZETTI, L. **A Autolesão não suicida em idade escolar: uma agressão que conforta?** 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16492?show=full>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- LOURO, C. et al. Automutilação digital: um estudo exploratório com universitários portugueses. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 15-30, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/877>. Acesso em: 10 maio de 2023.
- MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, v. 12, n. 9, p. 61-72, 2008. Disponível em: <<https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/article/view/1502>>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MARTÍN-BARÓ, I. (2017). A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In F. Lacerda Jr. (Org.), **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais** (pp. 81-84). Petrópolis, RJ: Vozes..
- MARTINS, M. S.; MOITA, J. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. **Semana de História do Pontal**, v.6, p.1-11, 2018. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.
- MENNINGER, K. **Man against himself harcourt**. Brace & Co., New York, 1938.
- MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade

em política. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251728/mod_resource/content/0/op%C3%A7%C3%A3o%20descolonial%20walter%20mignolo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202014000100005&script=sci_arttext> Acesso em: 20 ago. 2023.

PRILLELTENSKY, I. Critical psychology foundations for the promotion of mental health. **Annual Review of Critical Psychology**, v. 1, n. 1, p. 100-118, 1999. Disponível em: <<https://sites.education.miami.edu/wp-content/uploads/2016/09/31.-Critical-Psychology-Foundations-for-the-Promotion-of-Mental-Health.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2023.

PRILLELTENSKY, I; GONICK, L. Politics change, oppression remains: On the psychology and politics of oppression. **Political Psychology**, p. 127-148, mar. 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3791946>> Acesso em: 10 mai. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6354075/mod_resource/content/1/QUIJANO_modernidade_colonialidade.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E.; CASTRO-GÓMEZ, S. (Org.). **La colinealidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-246.

SANT'ANA, I. M. Autolesão não suicida na adolescência e a atuação do psicólogo escolar: uma revisão narrativa. **Revista de Psicologia da IMED**, 2019, 11(1), p. 120-138. <https://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3066>

SANTOS, L. C. S.; FARO, A. Aspectos conceituais da autoinjúria: uma revisão teórica. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24879/201800120010092>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, N. V. G. **O corpo divergente: uma análise da prática de autoescarificação em um adolescente**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campinas Grande. Campina Grande. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/20644/N%C3%81DIA%20VANESSA%20GON%C3%87ALVES%20DA%20SILVA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGCS%20CH%202021.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

SILVA, A. C.; BOTTI, N. C. L. Self-injurious behavior along the vital cycle: integrative literature review. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, v. 18, p. 67-76, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0194>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

_____. Characterization of the profile of participants in a Facebook self-mutilation group. **Salud & Sociedad: Latin American Journal on Health & Social Psychology**, v. 9, n. 2, p. 160-169. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.22199/S07187475.2018.0002.00003>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SILVA, A. C. de A.; BEZERRA, A. R. L. M.; DE QUEIROZ, K. C. F. Autolesão (cutting): uma problemática (não tão) oculta nas escolas públicas de Mossoró/RN. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 2, p. 14514-14530, fev. 2021. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24522>>. Acesso: 10 mai. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (2019). Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar. **Departamento Científico de Adolescência**, 12, 1-14. Disponível em: <https://deborahpimentel.com.br/wp-content/uploads/2019/08/00000C_-_Guia_Pratico_-_Autolesao_na_adolescencia_-_como_avaliar_e_tratar.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

SZASZ, T. The myth of mental illness. **American psychologist**, v. 15, n. 2, p. 113, 1960. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/h0046535>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

_____. Mental disorders are not diseases. **USA Today**, New York, v. 128, p. 30-31, 2000. Disponível em: <<https://www.szasz.com/usatoday.html>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TENÓRIO, M. M. D. C. et al. Corpo, injúria e símbolo: a Automutilação em jovens. **Anais da Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia**, 2017. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/47232-corpo-injuria-e-simbolo--a-automutilacao-em-jovens/>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TONIAL, F. A.L; MAHEIRIE, K; GARCIA JR., C. A. S. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Rev. Psicol. UNESP**, 2023. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=is>. Acesso em: 25 ago. 2023.

VENOSA, V. S. **O ato de cortar-se: uma investigação psicanalítica a partir do caso Amanda e do caso Catarina**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19022016-153519/en.php>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

WALSH, Barent. Clinical assessment of self-injury: A practical guide. **Journal of Clinical Psychology**, v. 63, n. 11, p. 1057-1068, out. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jclp.20413?casa_token=IFVDGYoAt_AAAAAA:lvKfXBgWifW2BVYT-XbwuGj-vo4ayyGF7cXkdLNvJU8cookgheQfp5tkN7nv2A2D4aR8IRPAMxKdG9Cg>. Acesso em: 10 mai. 2023.

YARYURA-TOBIAS, J. A.; MANCEBO, M. C.; NEZIROGLU, F. A. Questões teórico-clínicas do comportamento de Automutilação. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 21, n. 3, p. 178-183, set. 1999. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/psi-5796>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Resumo Este artigo aborda as diferentes nomenclaturas utilizadas na literatura científica brasileira sobre o fenômeno da Autolesão Não Suicida (ALNS). Realizou-se uma revisão da literatura nas principais plataformas científicas brasileiras, analisando-se os dados a fim de formar um corpo de conhecimento sobre o assunto a partir do referencial teórico da Psicologia da Libertação de Martín Baró e da visão crítica sobre psicopatologia, de Tomas Szasz e Prilleltensky. Concluiu-se que há uma predominância na área da saúde para produção de conhecimento sobre o assunto, quando comparado às outras áreas de produção científica. Por fim, percebeu-se uma grande variedade de termos utilizados para se referir à ALNS, o que dificulta a caracterização e delimitação do fenômeno. Considerou-se que, pelo fenômeno ocorrer predominantemente com crianças e jovens, há uma carência de produções que objetivem ações práticas, sobretudo dentro da comunidade escolar, principal contexto dessa faixa etária.

Palavras-chave: autolesão não suicida, descolonização, Psicologia Crítica, Psicologia Escolar.

**Autolesiones no suicidas:
una revisión de la literatura y la defensa de la descolonización del término.**

Resumen Este artículo abordará las diferentes nomenclaturas utilizadas en la literatura científica brasileña sobre el fenómeno de la Autolesión No Suicida (ALNS). Se realizó una revisión de la literatura en las principales plataformas científicas brasileñas, analizando los datos con el fin de formar un cuerpo de conocimiento sobre el tema, a partir del referencial teórico de la Psicología de la Liberación de Martín Baró y de la visión crítica sobre psicopatología de Tomas Szasz y Prilleltensky. Se concluye que hay un predominio en el área de la salud para la producción de conocimiento sobre el tema, en comparación con otras áreas de producción científica. Finalmente, se observó una gran variedad de términos utilizados para referirse a la ALNS, lo que dificulta la caracterización y delimitación del fenómeno. Se consideró que, debido a que el fenómeno ocurre predominantemente con niños y jóvenes, se observa una falta de producciones que apunten acciones prácticas, especialmente en la comunidad escolar, principal contexto de este grupo etario.

Palabras clave: autolesiones no suicidas, descolonización, Psicología Crítica, Psicología Escolar

**Non-suicidal self-injury:
a literature review and the decolonization of the nomenclature**

Abstract This article will address the different nomenclatures used in Brazilian scientific literature on the phenomenon of Non-Suicidal Self-Injury (NSSI). A literature review was conducted on the major Brazilian scientific platforms, analyzing the data to form a body of knowledge on the subject, based on the theoretical framework of Martín Baró's Psychology of Liberation and the critical view of psychopathology by Tomas Szasz and Prilleltensky. It is concluded that there is a predominance in the health area to produce knowledge on the subject, compared to other production areas. Finally, a great variety of terms were observed to refer to NSSI, which hinders the characterization and delineation of the phenomenon. It was considered that, since the phenomenon occurs predominantly in children and young people, there is a lack of productions that aim at practical actions, especially in the school community, the main context for this age group.

Keywords: non-suicidal self-injury, decolonization, Critical Psychology, School Psychology.

DATA DE RECEBIMENTO: 11/05/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 08/09/2023



Laura Lorenzetti

Mestra (2021) e Doutoranda (bolsista FAPESP) em Psicologia: Ciência e Profissão pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Membro do Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (www.gep-inpsi.org).

E-mail: lhaura92@gmail.com



Júlia Silbiger

Mestranda em Psicologia como Profissão e Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com bolsa CAPES 1. Membro do Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (www.gep-inpsi.org).

E-mail: julia.silbiger@gmail.com



Raquel Souza Lobo Guzzo

Professora Titular da PUC-Campinas. Graduada em Psicologia pela PUC-Campinas, Mestre e Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento pela USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa – Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação.

E-mail: rslguzzo@gmail.com